



Interseções entre homossexualidade, família e violência: relações entre lésbicas na região de Campinas (SP)¹

Érica Renata de Souza

Doutora em Ciências Sociais (Universidade Estadual de Campinas)

Professora da Universidade Federal de Minas Gerais

erica0407@yahoo.ca

Resumo

A violência identificada nas relações entre mulheres lésbicas na região de Campinas (SP), durante minha pesquisa de campo do doutorado, se constituiu como um desafio analítico, por tratar-se de um tema delicado dentro de uma prática ainda estigmatizada, que é a homossexualidade. A pesquisa revelou que a violência no campo do gênero não se dá apenas contra as mulheres, mas também entre mulheres lésbicas. A mãe que também é lésbica vive num interstício entre a parentalidade e a homossexualidade, numa fronteira marginal que não lhe oferece integralmente todos os direitos da maternidade nem os da homossexualidade. A ambiguidade entre a maternidade e a orientação homossexual está sempre em questão, e é essa ambiguidade o alvo da violência, a qual ganha concretude no corpo da mulher que vive nesse interstício. Portanto, trata-se de perceber as partes conflitivas que compõem as vidas dessas mulheres.

Palavras-chave: família, maternidade, gênero, homossexualidade, violência.

Introdução

HÁ, NO BRASIL, UMA TRAJETÓRIA de estudos de família que há décadas subsidiam nossas análises. Nos anos 1990, uma outra questão veio à tona: finalmente evidenciou-se uma prática que já estava lá há muito tempo, mas cuja “existência” até então não havia ganhado visibilidade ou reconhecimento: as famílias homossexuais. Por outro lado, a categoria “famílias homossexuais” não dá conta de explorar a particularidade dos múltiplos arranjos entre homossexualidade e parentalidade. Neste artigo procuro apresentar dados e reflexões sobre alguns desses arranjos, quando a articulação se dá entre homossexualidade e maternidade.

Nos casos que analisei, as famílias são formadas por mulheres que trouxeram filhos de casamentos anteriores e que se envolveram numa relação lésbica posteriormente. Constituem, portanto, famílias lésbicas “não-planejadas”, já que a criança envolvida não foi decisão conjunta das duas mulheres,¹ e sim um tipo de arranjo em que há sempre uma

1. Este artigo é a parte revisada da minha tese de doutorado (Souza, 2005). Uma versão anterior foi apresentada como comunicação no 29º Encontro Anual da ANPOCS em 2005. Pesquisa financiada pela Fapesp.

mãe biológica e uma outra mulher que aceita (em níveis muito diferenciados) o exercício da maternagem. Contudo, essa nem sempre é a regra: a não aceitação do filho da companheira também cria outros tipos de arranjos, nos quais não há coparentalidade, pois apenas a mãe biológica continua sendo a responsável pela criação da criança.

Entretanto, independentemente da aceitação ou não do filho da companheira, um outro fator faz-se constante na maioria dos casos: a intervenção da família extensa e a da companheira propiciam outros tipos de arranjo que trazem apoio e/ou conflito. No contexto da pesquisa que realizei, três dos seis casos brasileiros revelaram práticas de violência intrafamiliar.

A violência não era um tema que, a princípio, eu pensava contemplar em minha tese. A violência contida nas relações familiares e afetivas entre as lésbicas que entrevistei no Brasil constitui um dado proeminente, uma informação inesperada que o campo me apresentou, e que se tornou meu maior desafio, por se tratar de um tema delicado, dentro de um assunto estigmatizado, como é a homossexualidade. Em outras palavras, a questão com a qual me deparei foi: como tratar a relação entre homossexualidade e violência sem permitir que essa relação ganhe uma aparência de causa e efeito, por se tratar de temas ainda pouco compreendidos pela sociedade em geral? Como expor a prática da violência entre lésbicas sem oferecer elementos para uma leitura enviesada da construção de uma relação causal, essencialista, entre esses dois temas? Por que as relações afetivas entre lésbicas são marcadas pela violência doméstica?

Minha inquietação diante de tais questões era grande, mas um dado em especial me fez refletir sobre elas. Lembrei-me de que essa não era a primeira vez que a violência atravessava, inesperadamente, um processo meu de pesquisa. Durante minha pesquisa de mestrado, sobre relações de gênero entre pré-adolescentes na escola, a violência também surgiu como um dado inesperado e exigiu uma guinada nas reflexões. Desta forma, os estudos de gênero no Brasil e minha trajetória como pesquisadora revelaram-me uma ligação íntima entre relações de gênero e violência. Se as relações afetivas entre lésbicas enfrentam o problema da violência, é porque suas relações se encontram no campo dos embates do gênero, os quais, na prática, ainda estão marcados por fortes estereótipos sobre a maternidade e a homossexualidade feminina.

A mãe santificada x a lésbica violenta

O lugar intersticial ocupado pelas mães lésbicas tem origem numa ordem simbólica que concebe a mãe como um ser assexuado e a lésbica como um sujeito que está fora da categoria mulher (Hart, 1994). Nesse contexto, as mães que assumem uma identidade lésbica, ou as lésbicas que se tornam mães, tendem a se identificar com o conceito dominante de maternidade.

A família e/ou a maternidade lésbica tem sido tradicionalmente representada por imagens de devoção: a mãe eterna, a Madonna e a criança. Ainda que tais imagens possam fortalecer a consciência das famílias lésbicas de que elas são pouco para realmente nos representar, na verdade elas persuasivamente obscurecem nossa sexualidade sob o véu do amor maternal destituído de um self.³ (Gabb, 1999, p. 16)

Por outro lado, as lésbicas que não são mães biológicas parecem identificar-se com um outro estereótipo: o da lésbica violenta. Os primeiros estudos em sexologia, realizados por Havelock Ellis, apresentaram a homossexualidade feminina como uma categoria associada às “raças mais inferiores” (*lower races*), às classes trabalhadoras e à criminalidade desviante. Assim sendo, a prática da homossexualidade feminina estaria disseminada em “outros” países, como Brasil e Índia (Hart, 1994). “O invertido, no discurso sexológico, não era identificado meramente como um sujeito sexual, mas era sempre também uma entidade de raça e classe específicas” (Hart, 1994, p. 4).

Considerando que a maternidade lésbica como instituição (Rich, 1986) foi criada a partir de uma perspectiva eurocêntrica branca e de classe média, a maternidade e o lesbianismo mostram-se incompatíveis. Enquanto a maternidade está associada ao cuidado, à dedicação e à renúncia ao outro, o lesbianismo tem, ao longo da história, sua imagem associada à masculinização, à perversão e à violência.

Havelock Ellis, assim como Richard von Krafft-Ebing, fazem parte de um grupo de sexólogos cujo discurso sobre a homossexualidade como patologia e anomalia vigorava no fim do século XIX e início do século XX. De acordo com Newton (1985), para Krafft-Ebing as lésbicas eram, numa relação reflexiva de causa e consequência, tipos masculinos e desviantes, que ganhavam a classificação de “invertidas”. “Não era apenas a lésbica mais degenerada a mais masculina, mas qualquer cruzamento de gênero ou aspiração

2. Modelo encontrado no Canadá, onde realizei parte de minha pesquisa de campo para o doutorado, também financiada pela Fapesp.

3. Todas as traduções constantes neste artigo são livres.

aos privilégios masculinos era provavelmente um sintoma de lesbianismo” (Newton, 1985, p. 16). Essa “inversão” feminina, ainda segundo Newton (1985), é vista por Havelock Ellis como um “degrau” da masculinidade, “parte de um instinto orgânico”.

Para Hart (1994), a categoria do invertido é uma construção histórica que patologizou e criminalizou o lesbianismo, deslocando a ameaça de um “desvio” sexual feminino para os domínios de raça e classe. Enquanto isso, a categoria “mulher” aparece como uma construção purificada (Hart, 1994) ou sanitizada (Gabb, 1999), que tem por modelo a mulher branca de classe média e alta, cujo corpo apresenta-se como o santuário da maternidade como instituição (Rich, 1986).

Numa via de mão dupla, ao mesmo tempo que a ameaça de um “desvio” sexual feminino é deslocada para os domínios de raça e classe, a agressividade feminina é deslocada para o domínio do lesbianismo, apresentado como sexualidade desviante. No outro polo do discurso binário entre a “lésbica” e a “mulher”, o ideal vitoriano da mulher branca – cujas características são a piedade, a maternidade, a falta de desejo sexual, a fraqueza e a falta de inteligência – mantém as “mulheres” numa posição potencialmente incapaz de violência.

Ao contrário da mulher-mãe-assexuada, a lésbica é concebida como um ser sexual e capaz de ação, que se apropria de um elemento tido como exclusivamente masculino: o desejo. Nesse processo, o sistema é, ao mesmo tempo, mantido e corrompido. Hart (1994) esclarece que, segundo a teoria da inversão, é a usurpação do privilégio masculino pela invertida que define a sua sexualidade e a sua perversão, gerando um desejo sexual de caráter agressivo. Neste sentido, sugere Hart (1994), Ellis procura demonstrar, mediante a análise de vários casos, que a homossexualidade feminina está totalmente atrelada às práticas violentas. No entanto, essa violência é apresentada como propriedade das “verdadeiras invertidas”, transformando-se num poderoso discurso sobre a homossexualidade feminina na história do Ocidente. Nesse discurso, a violência e o desejo aparecem como identificadores da masculinidade, e o corpo lésbico, como fonte de agressão. “A masculinidade é verificada tanto pelo desejo ativo quanto pela agressão” (Hart, 1994, p. X). Nesse espaço intersticial, a lésbica aparece como uma “não-mulher” violenta.

No caso das lésbicas que são companheiras das mães biológicas, diante da instabilidade de um não-lugar, a busca por um lugar que já tem reconhecimento social (a lésbica violenta) parece ser uma opção de sobrevivência dentro da relação.

Dessa forma, ainda que os valores dessas mulheres possam ser mais voltados ao ideal da igualdade, a falta de toda uma infraestrutura social e legal pode levar ao resgate de um lugar definido, oferecido e legitimado pelo modelo hierárquico entre a “mãe santificada” e a “lésbica violenta”. “A existência de um rótulo fortemente desenvolvido constrange o comportamento no sentido de fazê-lo conformar-se às expectativas sociais e sexuais geradas por esse rótulo. Assim, de certa forma, as taxonomias são profecias que se cumprem” (Fry, 1982, p. 89). Nesse processo, o modelo hierárquico traz consigo todo o seu ranço essencialista, e a maternidade biológica torna-se “o” elemento concreto, visível e indiscutível, aquele que define quem estará em desvantagem na hierarquia de poder entre o casal.

Apesar do construcionismo que caracterizou os trabalhos da segunda onda do feminismo, que desassociou sexo e gênero e desnaturalizou a maternidade,⁴ aqui duas questões devem ser consideradas. Primeiro, como bem coloca Schneider (1968, p. 115), “(o) parentesco não é uma teoria sobre a biologia, mas a biologia serve para formular uma teoria do parentesco”. Segundo, de acordo com Rich (1980, 1986), assim como a heterossexualidade, a maternidade também é uma instituição que cria e prescreve as condições em que as escolhas são feitas ou limitadas.

Assim sendo, o pensamento e as práticas que ainda prevalecem socialmente estão pautados pela desigualdade de gênero, sustentando que a maternidade (biológica) santificada e a associação da lésbica com um comportamento violento impossibilitam a articulação entre as identidades “mãe” e “lésbica”.⁵

O campo: da igualdade à hierarquia

Os casos analisados no Brasil incluem mulheres brancas de classe média ou média alta. Apesar disso, nos casos estudados, as relações entre lésbicas tendem a apresentar elementos hierárquicos. Esse dado se contrapõe ao estereótipo da invertida, pois as companheiras compartilham o mesmo status de raça e classe que as mães biológicas (ainda que porventura houvesse uma “provedora” e uma desempregada, além de diferentes níveis de “sucesso profissional”). Da mesma forma, este estudo apresenta uma contraposição aos resultados da pesquisa de Maria Luiza Heilborn (1992), realizada com casais heterossexuais e homossexuais de classe média na década de 1980, no Rio de Janeiro.

Os casos analisados por Heilborn (1992) baseavam-se num modelo igualitário, que pressupõe uma

4. Para um resumo da discussão, ver: Vance (1995).

5. Para uma discussão mais ampla do assunto, ver: Souza (2004).

indistinção valorativa entre os gêneros. Nesse modelo, a conjugalidade não é caracterizada como um fato jurídico, e sim como um “estilo de vida” que transcende o âmbito doméstico. Há uma dependência mútua que, no entanto, não implica necessariamente coabitação ou procriação. Tal “estilo de vida” apresenta-se como uma atualização de um “ethos intelectual e psicanalisado”. A forte referência do individualismo sugere uma segmentação do casal em relação ao parentesco, inclusive às famílias de origem. O laço conjugal é uma realização em si, apenas entre os parceiros.

Neste sentido, a família parece constituir-se como um conceito dispensável ao casal, uma outra dimensão social, da qual a configuração igualitária de conjugalidade não depende.

A conformação simbólica do individualismo configura regras compartilhadas tanto pela conjugalidade heterossexual quanto pela homossexual. Tal perfil cultural se expressa na noção de pessoa agenciada, na vigência dos valores do igualitarismo e da singularidade, bem como na concepção de amor romântico atualizada. (Heilborn, 1992, p. 6)

Olhemos, agora, para os casos analisados nesta pesquisa. Dadas as descrições acima, sobre os valores do igualitarismo e da conjugalidade em detrimento da família, quais dos casos corresponderiam a esse perfil?

Caso 1: Flávia é mãe biológica, avó e sempre havia vivido relações heterossexuais antes de Nicole entrar em sua vida. Coabitavam, inclusive com o filho mais novo e a neta de Flávia, e por um certo período, também com o sobrinho adolescente de Nicole. Não vivenciaram nenhum tipo de agressão, supervalorizavam o conceito de família, favoreciam a agregação de outros membros da família e a participação da rede de parentesco. Para elas, o sentimento de família vai muito além do âmbito doméstico, ainda que este seja uma referência muito representativa da família. Ambas “trabalhavam fora” (ainda que Nicole estivesse desempregada naquele período), mas Nicole era a responsável por “consertos na casa”, enquanto os serviços ditos domésticos eram delegados à empregada, e a educação das crianças era de responsabilidade de ambas (mas considerando que a educação dos meninos era atribuída, de forma mais evidente, a Nicole).

Caso 2: Roberta é uma mãe biológica, que, antes de conhecer Livia, vivia uma orientação heterossexual. Roberta era o sujeito do casal que trabalhava fora e tinha uma vida profissional estabilizada, enquanto Livia era quem mais exercia a maternagem, sobretudo no que se refere ao filho caçula de Roberta. No entanto, Livia, aquela que desconfortavelmente se sentia como “a esposa” na relação, foi a agente da agressão.

Caso 3: Andiará apresenta o mesmo perfil de Roberta, pois também vivia uma orientação heterossexual, é mãe biológica e sofreu agressões da companheira. No entanto, ao retomar a relação com Cristina, argumentou que a companheira era a única que a tinha realmente apoiado, inclusive financeiramente. No início, argumentava que a companheira “sentia ciúmes” de sua filha e chegou a levar a menina a um psiquiatra, porque acreditava que Cristina não era uma figura positiva na sua educação. Mais tarde, argumentou que Cristina tinha uma ótima relação com sua filha. Pensavam em ter um filho juntas, mas, segundo Cristina, seria Andiará quem engravidaria, por dois motivos: primeiro, porque era ela quem “estava precisando” engravidar; segundo, porque Cristina não queria alterar o seu corpo.

Caso 4: Ana apresenta um perfil muito semelhante ao de Roberta, nos aspectos acima citados, com a diferença de que não coabitava com Liza, que deixava claro que não queria nenhum vínculo com Guga, o filho de Ana. Apesar de Ana ser o sujeito do casal com mais recurso financeiro (o que não era o caso de Andiará), também sofria agressões por parte da companheira.

Caso 5: Este caso diferencia-se dos demais em vários aspectos, mas, sobretudo, por dois fatores importantes: o filho foi adotado e não havia episódios de agressão ou violência entre o casal. Glória era a que “trabalhava fora”, enquanto Fernanda, assistente social por formação, declarou-se “desempregada por opção”. Fernanda já havia feito uma tentativa de inseminação artificial uns dez anos antes da época da entrevista, e disse que sempre teve o desejo pela maternidade. Por sua vez, Glória já era mãe de uma moça de 19 anos, fruto de uma relação heterossexual anterior.

Caso 6: Maria é mãe biológica e avó. Viveu, na juventude, os prazeres e as liberdades que sua época e sua vida lhe permitiram. Foi “casada” (legalmente ou não, mas assim definido por ela) cinco vezes, em relações heterossexuais, e assumiu uma orientação lésbica e militante depois dos 37 anos, embora já tivesse tido relações anteriores com mulheres. Nunca vivenciou episódios de agressão física, nem com homens, nem com mulheres. O relato de Maria deixa claro que sempre assumiu uma perspectiva individualista, com exceção das questões que se relacionavam às “funções maternas”. No entanto, ao assumir uma identidade lésbica, desligou-se também desse tipo residual de obrigação.

Em suma, temos três casos de relações hierárquicas cujos perfis se assemelham, guardadas as devidas distinções em certos aspectos, e três casos muito distintos entre si e dos demais. O denominador comum entre os casos que se assemelham (2, 3 e 4) é o fato de as mães biológicas, envolvidas numa relação lésbica,

terem sofrido algum tipo de violência ou agressão. Nesse aspecto, nas relações dos respectivos casais, os sujeitos são entendidos como diferentes e hierarquizados, ainda que haja uma comunicação inteligível entre eles. “No plano lógico, holismo equivale à hierarquia, e individualismo a igualitarismo” (Dumont, 1977:12). [...] O holismo concebe a precedência da totalidade sobre a parte, e esta só adquire sentido respectivamente a sua posição em um conjunto que lhe dá inteligibilidade” (Heilborn, 1992, p. 15).

A maternidade lésbica, portanto, no conjunto da articulação entre as identidades de “mãe” e lésbica, ganha inteligibilidade num conjunto maior, que é o da relação hierárquica entre a mãe biológica e sua companheira, no qual a primeira é vitimizada como um sujeito passivo, e sua companheira, como agente da relação e da violência.

Entretanto, dentro da relação hierárquica de poder, pode haver rupturas e/ou inversões. No Caso 2, por exemplo, era Lívia quem mais exercia a maternagem. O seu lugar naquela família era bem delimitado e o lugar da mãe biológica não era questionado, mas houve a criação de um vínculo de afeto e cuidado com o filho caçula, e um afeto que era recíproco. Se não houve o mesmo tipo de relação com o outro filho, não foi por causa da falta de tentativas por parte de Lívia. Mas, o que nos chama a atenção, é o cuidado que Lívia dispensou ao filho caçula por anos, já que o cuidado é uma prática considerada tipicamente “feminina” (Carvalho, 1999), que faz parte de todo um conjunto de expectativas que incluem a fragilidade, a passividade etc. Além disso, disse que Roberta a tratava como “uma esposa”, o que ela não gostava, mas era assim que se sentia na relação, ao passo que Roberta, a mãe biológica, que sofreu a agressão, era a “provedora” e a mais velha do casal.

Já nos casos 3 e 4, fica explícita a rigidez das relações hierárquicas, ainda que, no Caso 4, a mãe biológica fosse a única bem-sucedida na vida profissional. Porém, esse fato era minimizado dentro da hierarquia de poder entre o casal por não coabitarem, o que não fazia de Ana a “provedora”.

Quanto aos três demais casos, no Caso 1, a relação entre Flávia e Nicole não é tipicamente hierárquica e tampouco igualitária. Há uma divisão de tarefas, ao passo que quem cozinha e cuida da casa é a empregada, e não o casal. A educação do filho, do sobrinho e da neta fica a cargo de ambas, embora a dos meninos tenha uma intervenção maior de Nicole. Os “consertos da casa” ficam sob a responsabilidade de Nicole. Fica claro que Nicole tem uma performance de gênero que satisfaz mais às expectativas do masculino que do feminino, entretanto, para Flávia, ela era uma companheira que satisfazia necessidades suas que seus ex-maridos não tinham conseguido, como os “consertos na casa”, o apoio e o *cuidado* com

os familiares e com seus assuntos. Flávia menciona, assim, “qualidades” em Nicole que são algumas vezes esperadas de uma performance masculina e outras vezes, de uma performance feminina. Ainda assim, a relação não poderia ser classificada de igualitária, no sentido de que, para elas, o parentesco, a família, a coabitação e os filhos são demasiadamente importantes. A família transcende a conjugalidade, e o âmbito doméstico não é o limite, já que as relações com a família extensa e com os amigos se estendem na clínica, na casa da filha e na Internet.

No Caso 5, quando Fernanda se declara “desempregada por opção” e deseja a maternidade, poderíamos alocá-la, em certa medida, numa relação hierárquica com Glória, a “provedora”. No entanto, Glória é mãe biológica e mãe adotiva atuante. E, embora não mantenham muitas ligações com o parentesco e as famílias de origem, aquela família, a coabitação e o filho são importantes. No início, talvez a opção pela adoção tenha sido mais importante para Fernanda do que para Glória, mas acabou por tornar-se, para ambas, parte essencial daquela relação. Esta apresenta elementos de hierarquia, mas não se constitui numa relação tipicamente hierárquica.

Finalmente, no Caso 6, Maria não vive uma relação estável com outra mulher, mas sua perspectiva é marcada pelo individualismo na sua relação com a sociedade, uma posição fortalecida pela identidade lésbica e pela militância. Neste sentido, a sua duradoura devoção materna encontrou um limite nos seus valores morais e sociais.

Em todos os casos acima citados, até certo ponto da vida dessas mulheres o que está sempre em questão, de uma forma ou de outra, é a maternidade. A maternidade é o motor das relações, dos prazeres e dos conflitos, porque os filhos e a família se sobrepõem, na perspectiva das mães que se encontram em relações lésbicas, à conjugalidade e à individualidade. Nenhuma delas cogitou a possibilidade de construir uma relação de conjugalidade lésbica que implicasse na opção de exclusão de seus filhos, com exceção de Maria, que se assumiu como lésbica mesmo sofrendo a oposição e o afastamento dos filhos. Contudo, até então, Maria procurava exercer sua maternidade da melhor forma que lhe parecia possível, vivenciando apenas relações esporádicas e ocultas com mulheres.

Em três dos seis casos analisados, a particularidade de cada configuração (incluindo elementos de inversão e/ou ruptura numa relação rigidamente hierárquica baseada nas distinções de gênero) nos apresentou configurações que não se encaixavam no modelo tipicamente hierárquico e tampouco no modelo igualitário. Talvez constituam o que Beck (1997) denominou “pluralismos de formas de vida”, que surgiram com o enfraquecimento do modelo da família nuclear. Ainda que apresentem “resíduos” de um modelo hierárquico

de uma família nuclear ou das expectativas sobre a maternidade, constituem uma atualização deste modelo num contexto em que a homossexualidade e a afetividade são vivenciadas como um direito que coexiste com esses resíduos, ou, no caso de Maria, como um direito que acaba por se sobrepor a eles.

Por outro lado, como veremos abaixo, nos casos em que a violência foi exercida, a maternidade foi apropriada como elemento de fragilidade e passividade. Nesses casos, os resíduos de um modelo hierárquico e das expectativas sobre a maternidade prevaleceram. No caso de Ana e Liza, a relação já teve seu início numa base muito desigual de poder, e, segundo Ana, por mais que ela tenha se esforçado, Liza sempre se manteve inflexível. No caso de Andiará e Cristina, a relação também começou assim, foi rompida e retomada nos mesmos termos, com a diferença de que Cristina passou a se envolver numa relação afetiva com a filha de Andiará. Por fim, no caso de Roberta e Lívia, por maiores que tenham sido os esforços desta em busca de uma relação sem hierarquia, na qual ela não fosse “esposa nem marido de ninguém” e na qual investiu seu tempo e afeto no cuidado com os filhos de Roberta, a hierarquia acabou por prevalecer, dado um contexto de conflitos e dificuldades em que não encontrava um lugar legítimo para si mesma.

As formas da violência

Nos interstícios dos símbolos culturais dominantes, a homossexualidade, bem como suas formações familiares, exploram as ambiguidades e criam seu próprio espaço de significação. Nesse contexto, as mães lésbicas, diante da ambiguidade em que a sociedade as coloca, por articularem identidades supostamente exclusivas de mãe e de lésbica (Robson, 1994; Souza, 2004), mantêm vínculos com uma extensa rede de parentes e amigos em busca de apoio ora para sua homossexualidade, ora para sua maternidade, mas, na maior parte do tempo, para a articulação dessas duas identidades. Nesse interstício de ambiguidades em que vivem, deparam-se com o fato de que essa rede extensa, e mesmo suas próprias companheiras, em determinados contextos e momentos podem também se transformar em fonte de hostilidade ou violência, ou mesmo em um jogo ambíguo entre violência e apoio. Ainda que a pesquisa tenha sido muito mais ampla e eu esteja usando muitas de suas referências neste artigo, ilustrarei esse tópico com apenas dois casos.

No caso de Roberta, por exemplo, a relação com o ex-marido e a família deste representavam a violência e a incompreensão. Quando Roberta não permitiu que seu ex-marido buscasse os filhos, Adriano foi então à casa dela e de Lívia “e deu uma baixaria danada!”, segundo Lívia. A boa relação de Lívia com

os filhos de Roberta praticamente acabou nesse dia. “E aí a resposta dele foi o processo. Ele é de uma família rica, então foi muito fácil.” Ainda segundo Lívia, a Justiça também apresentou entraves para a sua boa relação com os filhos de Roberta:

O processo não durou oito meses, ele deve ter durado um ano e meio, uma coisa assim. Foi algo que foi se arrastando porque acho que o juiz não sabia o que fazer. De um lado, ele tinha uma mãe homossexual; do outro lado tinha um pai cocainômano. “Opa! Que que eu faço aqui?” Ele era claramente preconceituoso. [...] Eu tinha que sair. Porque ele [Adriano] me apresentava como uma sapatão tradicional, que amarrava os seios e ele dizia... tá no processo isso! [risadas]

Lívia disse que Adriano “fazia um jogo” com os filhos quando estava com eles, colocando-os numa relação de conflito com a mãe. Segundo ela, o pai utilizava termos pejorativos para se referir à homossexualidade da mãe. Mas, posteriormente, também ficaram sabendo que “o Pedro fazia o jogo dele”. Adriano moveu o processo pela guarda dos filhos depois de um ano e meio de coabitação do casal. Pedro, então com aproximadamente doze anos, foi a testemunha de acusação contra a mãe no processo. Lívia conta que, depois disso, nunca mais teve vontade de se aproximar do garoto. Descreve: “Foi uma piração! E nessa piração toda estavam as crianças.”

Desde que Roberta assumiu para todos (com exceção dos filhos) a sua relação com Lívia, o ex-marido e a família dele transformaram-se numa fonte constante de hostilidade, utilizando todos os recursos a fim de separar Roberta de seus filhos. Nesse sentido, referiam-se à Roberta como “sapatão” nas conversas com as crianças. Adriano apresentava um comportamento constantemente agressivo em relação à Roberta e Lívia, e uma longa batalha judicial foi travada. Ao mesmo tempo, Roberta e Lívia encontravam o apoio que precisavam para sua família no candomblé, no qual, segundo Pedro, o filho mais velho, a homossexualidade era bem aceita.

No entanto, apesar do apoio encontrado na “religião”, Lívia diz que a intervenção do ex-marido e da família dele deteriorou, ao longo de um ano e meio, a sua relação com Roberta e as crianças. Lívia deixou a casa de Roberta sob ordem judicial. Os garotos continuavam buscando a companhia do pai nos fins de semana, mas, segundo Lívia, Adriano desaparecia por longos períodos por causa do uso descontrolado da cocaína. Nesse contexto, o ex-sogro de Roberta também direcionou a ela comportamentos agressivos inúmeras vezes.

Depois de certo tempo, Lívia voltou a coabitar com Roberta e os meninos. Mas dizia que já não havia mais possibilidade de qualquer relacionamento

nem com Roberta, nem com os meninos. Enfatizou: “Com as crianças, impossível, impossível”. “No final, eu não tive estrutura pra aguentar tudo aquilo”.

Até aquele momento, Roberta e Lívia nunca tinham assumido sua relação para as crianças. As crianças viam e ouviam tudo o que acontecia, mas nunca tinham ouvido uma confirmação por parte da mãe ou de Lívia. A revelação aconteceu apenas no fim da relação, quando a violência já não partia mais apenas do ex-marido e de sua família, pois havia se incorporado à relação entre as duas mulheres. Foi nesse contexto que as crianças receberam a confirmação, de forma brutal:

Acho que no último dia, quando eu dei aquela pancada nela, o filho dela nos separou, o outro estava assim olhando desesperado, olhando pra minha cara, aí eu falei: “Olha, eu arranjei uma namorada e sua mãe tá louca da vida!” Eles ficaram possessos, mas tinha de haver uma explicação! Foi um erro, foi um erro! (Lívia)

O caso de Roberta revela que a hostilidade e a violência por parte do ex-marido e da família dele geraram uma situação insustentável para o seu relacionamento familiar. Nesse sentido, houve uma ramificação da violência dentro da relação que mantinha com Lívia. Ainda que Lívia tivesse se empenhado em criar uma relação de coparentalidade com Roberta, a intervenção do ex-marido, da família dele e da Justiça configuraram um contexto no qual Lívia era identificada como “a lésbica”, “a não-mulher”, a “não-mãe”, para a qual não havia lugar naquela família.⁶ Por isso, o único lugar que Lívia encontrou foi o da lésbica violenta. Lívia ocupou dois espaços temporalmente distintos: primeiro, o da “companheira que apoia” e, posteriormente, o da “lésbica violenta”.

Já no segundo caso que apresentarei, a “lésbica violenta” não se apresentou como temporalmente distinta da “companheira que apoia”: a companheira da mãe biológica ocupou, desde o princípio, uma posição ambígua entre apoio e violência. Neste caso, o de Andiará, a família oferecia hostilidade e violência, enquanto os amigos transformaram-se num ponto de apoio não totalmente confiável, mas a opção “menos pior” na qual poderia se apoiar. Andiará enfrentou uma longa batalha na justiça. Primeiro pelo divórcio, depois pela guarda da filha. Nesse período, recebia ameaças constantes do ex-marido, inclusive de morte, denunciada à polícia.

Andiará - O Flávio me bateu, me agrediu, com a Natália no colo. Deu um tapa na minha cara e cuspiu na minha cara na frente da Natália. Foi horrível isso...

Pesquisadora – Isso quando??

A – Quando eu estava casada com ele ainda.

P – Mas nem sabia da Cristina, nada...

A – Não. Atacado... [...]

[...]

A – Depois tentou entrar de novo, me agredir, pegar a Natália, foi... superdesagradável

P – Onde?

A – Na escola... e aí o... eu estava com a Natália também no apartamento, ele entrou, tentou pegar a menina... foi horrível!

Segundo Andiará, seu casamento estava falido muito antes de conhecer Cristina. Além do comportamento esporadicamente agressivo, Flávio era também dono de um temperamento com tendências depressivas, segundo ela. Quando sua família, de tradição católica, descobriu seu relacionamento com Cristina, opôs-se com rigidez e violência, além de apoiar seu ex-marido.

Eu tive um caso desagradável, porque assim, nessa história da separação, eu estava no final da faculdade, no último ano, tinha que entregar meu projeto experimental, então eu fui pra casa dos meus pais, pra me ajudarem a ver a Natália, enquanto eu terminava... eu tinha um planejamento inteiro de mídia pra fazer, era cálculo e tal. Nisso, eu ia pra faculdade, eu não tinha carro, porque eles [a família do marido] tiraram o carro de mim... foi aquela coisa. Quem me levava pra faculdade era a Cristina, lógico, meus pais não têm carro... eu ia com ela... quando eu voltei... umas onze horas da faculdade, meu pai teve um ataque... começaram a discutir comigo e meu pai, a minha mãe e meu irmão, os três chegaram em cima de mim: minha mãe deu tapa na minha cara de um lado, meu pai deu tapa na minha cara de outro, meu irmão não parava de me chacoalhar porque queria me jogar na parede pra me enforcar... de raiva... porque eles desconfiavam que eu estava com a Cristina.

[...]

Aí... eu passei a mão no telefone, no meio da loucura, eles me batendo, eu passei a mão no telefone e liguei pra minha irmã que morava no Rio, na época, aí minha irmã começou a falar com eles, eu saí correndo e me tranquei no quarto, onde a Natália estava dormindo e tranquei e deitei (?). No dia seguinte, eu peguei minhas coisas e voltei pro apartamento e falei: “Eu que reprove da faculdade, mas apanhar, eu não quero apanhar mais!” Foi horrível isso! Foi horrível. Foi assim... eu fiquei... impress... e eles falavam assim pra mim: “A gente vai tirar a Na... nós vamos fazer... vamos ligar pro Flávio e vamos falar pro juiz que você é louca, e nós vamos tirar a filha de você”. Putz! Pra

6. Como bem sintetiza Butler (2003, p. 238), “o sentido de deslegitimação pode tornar ainda mais difícil manter um vínculo, um vínculo que, afinal, não é real, um vínculo que não ‘existe’, que nunca se pretendeu que existisse”.

mim, uma loucura, porque até então, minha família só foi paulada, né? Família, eu acho que é... pessoas que... que gostam de você... que te amam e que estão aí pra te ajudar sempre. Por um lado, eu sempre acreditei que família... o meu pai, a minha mãe, que me geraram, me colocaram no mundo, estão aí à disposição pra me ajudar... como todo mundo fala: “Serei sua mãe, estarei aqui... pro que der e vier”. Na hora que deu e veio, ninguém veio e ninguém deu... nada [risos], entendeu? Então, eu não entendi qual foi... eu não entendi nada! Eu fiquei completamente fora de concepção de família, porque eu esperei muito da minha família, que era o mínimo, todo o carinho do mundo, e não tive. Então, eu não sei. Hoje, eu não... eu nunca faria isso com a minha filha! Jamais eu faria isso com a minha filha! E eu fiquei falando assim: “Gente! Eu não fiz nada, eu não matei ninguém!”

Entre o meu primeiro e segundo contato com Andiará, ela havia rompido e reatado a relação com Cristina. Diante da hostilidade e da violência da sua família de origem e da família do ex-marido, Cristina aparecia como a única fonte de confiança, o único ponto de apoio. No período pós-separação de Flávio e sem o apoio da família, Andiará buscou toda a ajuda que precisava em Cristina, inclusive financeira, quando a justiça não havia determinado ainda a pensão que Flávio deveria pagar e ela estava desempregada. Neste discurso de Andiará, em nosso segundo contato, depois de oito meses de separação de Cristina, mas já juntas novamente naquele momento, a violência por parte da companheira também aparece, mas “compensada” por este reconhecimento de apoio:

No dia do meu aniversário, eu estava aqui, sentada, aqui na janela ali... e eu lembro... dá pra ver a rua lá atrás, eu estava sem falar com a Cristina, ela me perseguindo, porque ela ficou enlouquecida! Enlouquecida, possessiva, pirou a cabeça porque eu não estava com ela... como que eu tinha sumido? Falou pra todo mundo que eu tinha sumido, que não queria ficar com ela... ela não entendeu que tinha... que eu tinha de respirar um pouco. Eu fiquei com muita coisa ao mesmo tempo assim... tava muito cansada. Aí ela me viu conversando com uma outra amiga minha. Pois ela deu a volta, parou (?), invadiu o prédio, (?) invadiu, (?) já tinha ido embora... ela achou que eu tivesse com a menina. Porque tinham falado que eu tava com a menina. Ela ficou tão transtornada... ela me pegou, me bateu... aí acabou, né? Aí, ela me bateu... foi horrível, super desagradável. [...] [A Natália] tava dormindo... aí, eu tive que ligar pro meu pai, pra minha mãe: ‘Pai... a Cristina veio aqui...’ Aí que foi o pior! [...] Ela já tinha me batido e ido embora. Eu consegui fazer ela ir embora. Mas só que eu estava toda machucada. Foi horrível isso. Por isso que

a gente ficou muito tempo sem se ver e sem se falar, porque isso pra mim... é imperdoável... Fui pro hospital, no dia do meu aniversário... aí, vai o policial, faz B.O.... olho roxo, corpo delito, não sei o quê... e pra explicar? “Mas por quê? Você apanhou de quem?”, “da Cris...”, “O que que ela é sua?”, aí, meu irmão: “Namorada!”, “Ah, mas então melhor a gente não se envolver porque caso de mulher... (?) tem que fazer esse B.O., né?”. Fizeram o B.O., aí eu dei o endereço errado da casa dela de propósito... porque eu falei: eu não vou... continuar com B.O...., puta... tava... Passei meu aniversário supermal, arrasada, nunca esperava que ela fosse fazer isso... aí, nunca mais... falei: “Nunca mais quero te ver”. E não vi até então. Até... vai fazer um mês que a gente se viu. Quando a gente se encontrou, no telefone, eu falei: “Eu não quero te ver porque eu estou muito chateada”; “Não, mas eu até entendo... pelo amor de Deus, pelo amor de Deus (?)”, e eu também tava querendo ver, porque eu fiquei com muita saudade dela, porque assim... mal ou não, por mais que tenha sido uma loucura, me agradei, isso e aquilo... foi a única pessoa... que realmente me deu apoio em todos os momentos da minha vida mesmo, de verdade! Que estava sempre ali, inclusive financeiramente. Porque eu fui abandonada!

A tensão de gênero como violência, a mãe como um não-sujeito

Por que essas mulheres, apesar da violência a que a família e as redes de parentesco – e mesmo suas companheiras – as submetem, continuam a esperar e/ou buscar pelo seu apoio?

Segundo alguns relatos, diante da hostilidade da sociedade, presume-se que pelo menos “a família” de origem seja mais compreensiva, dado o suposto “amor cognato” (Schneider, 1968) entre parentes do mesmo sangue. E, ainda que nem sempre essa expectativa corresponda à prática, acredito que as redes de apoio que as mães lésbicas buscam são essenciais para o reconhecimento da sua maternidade e da sua relação lésbica. Ainda que seja na forma de violência, numa forma perversa, aquela violência contra a maternidade lésbica evidencia, de certa forma, que ela existe e está sendo reconhecida. Apesar de considerada como “inaceitável”, o fato de se tornar alvo de uma negação revela que a maternidade lésbica está sendo concebida como algo “real”, “concreto”.

Neste sentido, as mães lésbicas que sofrem violência muitas vezes permanecem nessa condição não somente por compartilhar referências com o/a agente agressor/a, por compreender os seus “motivos” ou por se colocar numa posição merecedora de proteção, mas também por buscar algum tipo de reconheci-

mento da sua condição de mãe que se encontra numa relação homossexual, ou como uma homossexual que luta por seu direito de continuar sendo reconhecida como mãe. Seja a fúria do ex-marido ou os ciúmes que a namorada tem de um filho, *a ambiguidade entre a maternidade e a orientação homossexual está sempre em questão, e é essa ambiguidade que é o alvo da violência, a qual ganha concretude no corpo da mulher que vive nesse interstício.*

Pesquisas conhecidas, como as de Corrêa (1983) e Gregori (1992), há tempos trouxeram suas contribuições sobre as diversas formas em que a violência de gênero no Brasil é concebida, exercida e justificada, seja pela justiça, seja pela sociedade ou pelas próprias “vítimas”. Além disso, neste início de século, o Brasil se apresenta como um país com alto índice de violência nas suas mais diversas possibilidades, sobretudo quando o assunto é a violência doméstica.

No entanto, o desafio desta pesquisa foi entender um tipo específico de violência, a do âmbito do gênero. Não se trata, neste caso, de debruçarmo-nos sobre a crítica e a análise de um sistema que, por meio de estereótipos, define o lugar do homem e o lugar da mulher na sociedade, mediante uma relação hierárquica de poder que justifica a dominação da mulher.

O problema desta pesquisa foi entender o lugar e o momento em que *a prática da violência no campo do gênero não se dá apenas contra as mulheres, mas também entre mulheres lésbicas e contra mulheres lésbicas.* Corrêa (1983) demonstrou, em sua pesquisa, que a “fraqueza” das mulheres não é apenas estruturalmente produzida: ela é aceita como um dado, incorporada pelas próprias mulheres como parte da sua definição social e, portanto, por elas mesmas reproduzida. Ao mesmo tempo, esse atributo socialmente construído pode ser manipulado pelas mulheres, contextualmente, como uma força, como um atributo que pode justificar certos comportamentos violentos. Segundo Gregori (1992, p. 123), “a violência conjugal é vista pelo feminismo como expressão radical da relação hierárquica entre os sexos no núcleo familiar”.

Na explicação geral, a responsabilidade é atribuída a uma ordem normativa que hierarquiza papéis e padrões de comportamento para os sexos. Porém, na descrição que fazem dos casos há claramente um agente que coage, reprime e agride, e outro que é vitimado por essas ações e, quando muito, resiste ou reproduz/repete/imita ações do mesmo tipo. (Gregori, 1992, p. 124)

Em outras palavras, a mulher é sempre vitimada e concebida como passiva, e qualquer intenção de ação é resignificada como reação. Uma outra crítica de Gregori (1992) é a de que muitos escritos e pesquisas feministas descrevem as relações de violência en-

tre casais como tipicamente marcadas pela violência, ignorando marcadores de classe, etnia, idade etc. No caso de relações lésbicas, no entanto, há ainda outras questões em cena, pois não se trata de uma “guerra de sexos” nem de diferença de classe ou raça.

Se as pesquisas criticadas por Gregori (1992, p. 124) consideram que “as situações de violência contra a mulher são fruto de uma condição geral de subordinação” da mulher, poderiam assim também entender a violência de ex-maridos contra mulheres que se assumem como lésbicas. Mas como explicariam a prática da violência entre duas mulheres que se assumem numa relação homossexual?

Gregori sugere que sejam incorporadas as ambiguidades e as tensões das relações de gênero, o que permitiria uma análise das combinações particulares, em cada relação, dos “padrões mais gerais de conduta”. Considerando-se as diversidades, retira-se o foco do plano dos padrões e o desloca para o plano das condutas.

No caso da violência entre lésbicas ou contra lésbicas, acredito que haja uma tensão de gênero incorporada como violência. E, nesse caso, a violência pode ser entendida como uma forma de relação interpessoal manifestada, e apenas a análise de cada caso particular é que poderia nos mostrar que tipo de comunicação entre o casal está sendo traduzido como uma ação violenta. Se entendermos que a violência pode ser “uma forma de comunicação, ainda que perversa, entre parceiros” (Gregori, 1992, p. 134), não seria adequado pensarmos em ação ou reação violenta, e sim numa relação violenta. Neste sentido, não há necessariamente um dominado e um dominador, e sim um processo de comunicação cujos códigos simbólicos para a agressão física são estipulados pelas partes envolvidas, já que “o conjunto de referências da maioria das mulheres é o mesmo dos seus agressores” (Gregori, 1992, p. 196). Portanto, os motivos que desencadeiam a agressão pertencem às tensões particulares de cada caso.

As cenas em que os personagens se vêem envolvidos e que culminam em agressões estão sujeitas a inúmeras motivações – disposições conflitivas de papéis cujos desempenhos esperados não são cumpridos, disposições psicológicas, tais como esperar do parceiro certas condutas e inconscientemente provocá-lo, jogos eróticos etc. (Gregori, 1992, p. 183)

Por se tratar de uma comunicação cujos códigos são inteligíveis para o casal, nos casos que entrevistei não notei, em momento algum, que as lésbicas agredidas pudessem não compreender “os motivos” do/a agressor/a. Ainda que não os aceitem ou não concordem com eles, os motivos do/a agressor/a parecem ser, de alguma forma, sempre inteligíveis para

as agredidas. E os motivos, na fala das entrevistadas, podem variar entre a falta de sucesso profissional ou o desemprego do/a agressor/a, e os ciúmes ou o uso de drogas.

Torna-se pertinente citar que, nessas relações violentas, não somente a agente agressora fazia uso de drogas, mas também aquelas que sofreram a violência. Mesmo assim, o uso de drogas acaba sendo, para as mulheres agredidas, um dos elementos que tornam inteligível o comportamento violento da companheira ou do ex-marido.

[A] relação que [a mulher] estabelece com aquele que a agride é de intimidade – um laço que supõe uma tensão, mas também uma simbiose entre ódio e amor. A luz está focada nesse agente concreto e não na ordem de padrões culturais que enlaça – de um certo modo – a relação que estabelece com ele. (Gregori, 1992, p. 196)

Contudo, é importante notarmos que nos casos relatados nesta pesquisa, seja por parte da atual companheira, seja por parte do ex-marido, o maior número de ações violentas foram cometidos *contra as mães biológicas*. Não ignoro que as companheiras das mães biológicas muitas vezes também sofrem agressões e hostilidades por parte dos ex-maridos ou da família de origem da sua companheira, mas essas mesmas mulheres acabam por produzir outro tipo de violência contra as suas companheiras que também são mães biológicas. Parece haver uma linha divisória muito distinta entre a mãe biológica e a companheira da mãe. Ainda que as companheiras muitas vezes exerçam a maternagem, nos casos entrevistados pude notar que o lugar da mãe biológica é sempre inquestionável, assim como Sarti (1994, p. 52) identificou em sua pesquisa sobre famílias heterossexuais de classe popular:

No caso da mãe, o vínculo biológico não perde sua força simbólica. Chamar várias mulheres de mãe não exclui a idealização do laço biológico mãe-filho. O trabalho de Fonseca (s/d) mostra como, mesmo nos casos em que a criança é cuidada por outras que não sua mãe biológica, esta é reconhecida e reivindica o status de verdadeira mãe. “Mãe também é quem criou, mas a verdadeira mãe é uma só”.

Gregori (1992, p. 131) escreve que, segundo Chauí, ignorar a ação das mulheres nos episódios de violência, conceber tal ato apenas como reação ou reprodução, é uma forma de “manter a ‘estrutura’ básica que faz operar a violência”. Essa “estrutura” é o imaginário no qual a mulher está destinada ao espaço doméstico e à reprodução, próxima da natureza, como um ser movido por instintos, por amor e para a

renúncia, para o outro. Nesse sentido, “a mulher tem seu destino preso a ‘ser para o outro’ em função da maternidade” (Gregori, 1992, p. 132). Gabb (1999, p. 16), num artigo sobre o lugar da sexualidade nas famílias lésbicas, compartilha:

Continuar o mito cultural de que mães são os outros sem sexo e sem self, de suas crianças carentes, meramente perpetua a lógica patriarcal que subordina às mulheres à sua condição de esposas (Van Every citada por Gabb). As mulheres são transformadas de objeto sexual a sujeito alimentador quando entramos na questão da maternidade, sendo sempre definidas pela narrativa reprodutiva [heterossexual].

Desta forma, a mulher lésbica que não renuncia totalmente às expectativas sociais para a conduta feminina ao se tornar mãe é colocada, nas estruturas binárias da violência calcadas em relações hierárquicas de gênero, como um sujeito incapaz de ação, um sujeito capaz, no máximo, de uma reação para sua defesa.

O pior não é ser vítima (passiva) diante de um infortúnio; é agir para reiterar uma situação que provoca danos físicos e psicológicos. O difícil para esse tipo de vítima é exatamente o fato de que ela coopera na sua produção como um não-sujeito. Isto é, ela ajuda a criar aquele lugar no qual o prazer, a proteção ou o amparo se realizam desde que se ponha como vítima. (Gregori, 1992, p. 184)

A mãe lésbica que reconhece a sua maternidade como instituição (Rich, 1986) torna-se um não-sujeito vulnerável à ação violenta do outro, podendo ser esse outro um homem (ex-marido, pai, irmão) ou uma mulher (companheira, mãe). Além disso, torna-se um não-sujeito marginal, dada sua orientação sexual “não convencional”.

De fato, existem zonas intermediárias – regiões híbridas de legitimidade e ilegitimidade – que não têm nomes claros e onde a própria nomeação entra em crise produzida pelas fronteiras variáveis, algumas vezes violentas, das práticas legitimadoras que entram em contato desconfortável e, às vezes, conflituoso, umas com as outras. [...] esses são não-lugares onde o reconhecimento, inclusive o auto-reconhecimento, demonstra ser precário ou mesmo evasivo, apesar de nossos melhores esforços de ser um sujeito reconhecível de alguma maneira. Esses não são lugares de enunciação, mas mudam a topografia na qual uma reivindicação questionavelmente audível emerge, a reivindicação do ‘não-ainda-sujeito’ e do quase reconhecível. (Butler, 2003, p. 229)

Conclusão

A lésbica que também é mãe vive num interstício entre a parentalidade e a homossexualidade, numa fronteira marginal que não lhe oferece integralmente todos os direitos da maternidade nem os da homossexualidade, mas que lhe atribui todas as condições “desfavoráveis” que ambas as categorias podem conter. De um lado, é dela exigida a maternidade como instituição, que associa a mulher ao doméstico e à renúncia de sua própria vida. De outro lado, uma orientação sexual discriminada. No conjunto, uma mulher que é mãe e lésbica, mas, do ponto de vista da moral social, uma mãe irresponsável por ter se assumido como lésbica, e uma lésbica inconsequente por envolver uma criança num assunto que “só diz respeito ao casal, entre quatro paredes” (como várias pessoas se referiam à homossexualidade quando opinavam sobre minha pesquisa). Ou, como bem exemplifica Butler (2003, p. 236) ao criticar a filósofa Sylviane Agacinski, às relações homossexuais “não importa que formas sociais elas assumam, não são casamento e não são famílias; de fato, em sua opinião ‘elas não são de modo algum propriamente ‘sociais’, e sim privadas”.

Ainda que tais categorias – “mulher” e “lésbica” – sejam construções sociais e atos performáticos criados a partir da oposição entre as expectativas para o feminino e o masculino, elas podem ser incorporadas e reproduzidas em relações lésbicas hierarquicamente construídas. As ações e os comportamentos são sempre paródias de um modelo ideal, ressignificações desse modelo, mas as relações hierárquicas podem continuar reproduzindo, em certa medida, as estruturas de uma oposição idealizada entre o mascu-

lino e o feminino. E, nesse contexto, a associação dos privilégios masculinos com a agressão reconquista o seu espaço, mesmo nas relações entre mulheres. Ao mesmo tempo, a violência sofrida pela mãe biológica que se envolve numa relação lésbica revela um “quase-reconhecimento” de um “não-ainda-sujeito” que busca o direito de viver a maternidade e a sua orientação sexual não como campos distintos de sua vida, mas como partes que compõem um mesmo sujeito nesse ponto das trajetórias dessas mulheres.

Conforme Gabb (1999), as experiências dos estilos de vida das famílias lésbicas, ao ganharem visibilidade, podem contribuir muito mais do que a identidade de mãe ou de lésbica. É a experiência particular de cada configuração familiar lésbica que pode, por meio das práticas cotidianas, do estilo de vida, revelar o seu caráter transgressor, porque tem o potencial de transcender o binarismo dos sexos e transformar a corporificação dos papéis de gênero e parentalidade todos os dias.

Desta forma, trata-se de perceber as partes constantemente conflitivas que compõem as vidas das mães lésbicas. Fazendo referência à premissa feminista de que o pessoal é político, Gabb (1999) propõe que as mães lésbicas articulem as partes que compõem o seu self. A visibilidade dessa articulação seria uma estratégia para transcender o binarismo “mãe assexuada” x “lésbica sexualmente desviante” e mostrar a particularidade das experiências das famílias lésbicas, sem a submissão da maternidade lésbica ao modelo tradicional da maternidade (com todas as suas consequências físicas e simbólicas), sem a supressão da sua sexualidade e, aqui, podemos acrescentar, sem a reprodução das hierarquias de gênero entre mulheres que se encontram em relações lésbicas.

Referências

- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, n. 21, p. 219-160, 2003.
- CARVALHO, Marília Pinto de. *No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais*. São Paulo: Xamã, 1999.
- CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GABB, Jacqui. Imag(in)ing the queer lesbian family. *Journal of the Association for Research on Mothering: Lesbian Mothering*, v. 1, n. 2, p. 9-20, 1999.
- GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- HART, Lynda. *Fatal women: lesbian sexuality and the mark of aggression*. London: Routledge, 1994.
- HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: conjugalidade, gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.
- NEWTON, Esther. The Mythic Mannish Lesbian: Radclyffe Hall and the New Women. In: FREEMAN, Estelle B. et al. (eds.) *The Lesbian Issue: essays from SIGNS*. Chicago: Univ. Chicago Press, 1985.
- RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Signs*, v. 5, n. 4, p. 631-660, 1980.

_____. *Of woman born: motherhood as experience and institution*. New York/London: W. W. Norton & Company, 1986.

ROBSON, Ruthann. Mother: the legal domestication of lesbian existence. In: CARD, Claudia (ed.). *Adventures in lesbian philosophy*. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1994.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem moral. *Cadernos de Pesquisa*, n. 91, p. 46-53, nov. 1994.

SCHNEIDER, David. *American kinship: a cultural account*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1968.

_____. The power of culture: notes on some aspects

of gay and lesbian kinship in America Today. *Cultural Anthropology*, v. 12, n. 2, p. 270-278, 1997.

SOUZA, Érica R. Maternidade e (homo)sexualidade: práticas excludentes? *Revista Terapia Sexual*, v. VII, n. 1, p. 69-86, 2004.

_____. *Necessidade de filhos: maternidade, família e (homo)sexualidade*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

VANCE, Carole S. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *Physis*, v. 5, n. 1, p. 7-31, 1995.

Intersections among homosexuality, family and violence: lesbian relationships in the region of Campinas (SP)

Abstract

The violence observed in the relationship between lesbian women in Campinas (SP), during the ethnographic field research conducted for my doctorate, established itself as an analytical challenge, because it is a sensitive topic in what refers to homosexuality, which is a practice still stigmatized. The research revealed gender violence practices, not only against women, but also between lesbian women. The lesbian mother lives in a space between parenthood and homosexuality, a marginal border which does not fully offer all the rights of motherhood and neither of homosexuality. The ambiguity between motherhood and homosexual orientation is always at stake, and it is this ambiguity that is the target of violence, which gains concreteness in the body of the woman who lives in this marginal space. Therefore, the challenge is to perceive the conflicting parts that make up these women's lives.

Key-words: family, motherhood, gender, homosexuality, violence.

Intersecciones entre la homosexualidad, la familia y la violencia: las relaciones entre lesbianas en la región de Campinas (SP)

Resumen

La violencia identificada en la relación entre mujeres lesbianas en Campinas (SP) durante la investigación de campo para mi doctorado se estableció como un desafío analítico, porque es un tema delicado dentro de una práctica que todavía está estigmatizada, que es la homosexualidad. La investigación reveló que la violencia en las cuestiones de género no es sólo contra las mujeres, sino también entre las lesbianas. La madre lesbiana vive en el espacio entre la paternidad y la homosexualidad, una frontera marginal que no ofrece completamente todos los derechos de la maternidad o de la homosexualidad. La ambigüedad entre la maternidad y la orientación homosexual siempre es el problema, y es esta ambigüedad que es el foco de la violencia, que gana concreción en el cuerpo de la mujer que vive en ese espacio marginal. Por lo tanto, hay que darse cuenta de las partes en conflicto que conforman las vidas de estas mujeres.

Palabras-clave: familia, maternidad, género, homosexualidad, violencia.

Data de recebimento do artigo: 23/04/2012

Data de aprovação do artigo: 20/07/2012